

A Comunicação Antirracista e a educação das relações étnico-raciais nas ações do Observatório de Mídia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)¹

Ana Maria da Conceição Veloso²
Jadeanny Arruda Silva dos Santos³
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O artigo apresenta ações do projeto “A Comunicação Antirracista, a Liberdade de Expressão e a Defesa dos Direitos Humanos pelo Observatório de Mídia da UFPE”. A estratégia extensionista tem base na pedagogia engajada (hooks, 2013), que orienta a produção de uma comunicação que é contra-hegemônica, decolonial, insurgente, transformadora e protagonizada por pessoas negras (Andrade, 2023). Desenvolvida desde 2022, a proposta integra a comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil na realização de campanhas e produções de rádio voltadas ao enfrentamento às desigualdades de gênero e raça, e em oficinas e cursos de educação para a mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação antirracista; Democracia; Direitos humanos; Gênero; Observatório de mídia.

O QUE FAZ O OBSERVATÓRIO DE MÍDIA DA UFPE

O Observatório de Mídia da UFPE (Obmidia), por meio da realização de estudos, debates, oficinas, projetos em mídias sonoras e audiovisuais e produções acadêmicas, tem investido, nos últimos 12 anos, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a proposição de uma comunicação antirracista aliada à educação nas relações étnico-raciais dentro e fora da universidade.

¹ Trabalho apresentado na Jornada de Extensão, evento integrante da programação do 26º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de julho de 2026.

² Professora da Universidade Federal de Pernambuco, autora do artigo, coordenadora do Observatório de Mídia da UFPE e do projeto de pesquisa e extensão: “A comunicação antirracista, a liberdade de expressão e a defesa dos Direitos Humanos pelo Observatório de Mídia da UFPE”. E-mail: ana.cveloso@ufpe.br.

³ Jornalista. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação- PPGCOM da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, co-autora do artigo e colaboradora do Observatório de Mídia da UFPE. E-mail: jadeanny.arruda@ufpe.br.

No período, o Obmidia tem possibilitado o engajamento da comunidade acadêmica e de organizações da sociedade civil como Centro das Mulheres do Cabo, Gajop, Rede de Mulheres Negras/PE, Centro de Cultura Luiz Freire, Organização Sargento Perifa, Coletivo Afoitas e SOS Corpo, dentre outras, nos debates em torno da proposição de políticas públicas que compreendem a comunicação como um campo de ação política e locus de complementaridade de saberes (Freire, 1983). Uma intervenção que favorece o rompimento de silêncios (Lorde, 2020), possibilita a abertura de espaços educativos, de troca de conhecimentos e de valorização da liderança das pessoas negras como sujeitos de sua história e da defesa dos direitos humanos à educação e à comunicação.

Nesse sentido, as ações extensionistas executadas pelo Observatório, por meio do projeto A Comunicação Antirracista, a Liberdade de Expressão e a Defesa dos Direitos Humanos pelo Observatório de Mídia da UFPE”, dialogam com o que preconiza o texto “A transformação do silêncio em linguagem e ação”, Audre Lorde (2020) nos convoca a travar uma guerra contra a tirania do silêncio. Ela diz que nossos silêncios nunca nos protegeram. E que há muitos silêncios para serem quebrados. Significa dizer que, como nos lembra Iraci (2009), em meio ao cenário histórico da composição social brasileira, estruturado com base nas desigualdades sociais, “discutir e entender o espaço dos meios de comunicação, historicamente branco e macho, é o grande desafio se quisermos modificar essa cultura, excludente e perversa. Trata-se de uma tarefa urgente, para todas/os que acreditam na comunicação como um direito inalienável” (Iraci, 2009, p.36).

A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os veículos de comunicação comerciais surgiram de um mesmo processo: nasceram e foram legitimados por um modelo capitalista de concentração e, em tese, são eficientes mantenedores desse discurso. Por isso, em geral, a mídia privada “impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisível – quando não ‘demoniza’ – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades” (Arbex, 2008, p. 385).

De acordo com o Media Ownership Monitor Brasil (2017), pesquisa realizada pelo Coletivo Intervezes e pelo Repórteres Sem Fronteiras, mais da metade dos 50 veículos de comunicação com maior audiência do país são controlados por cinco famílias, Marinho, Saad, Macedo, Abravanel e Frias. Essa concentração acaba por provocar um desequilíbrio na discussão e na garantia dos direitos humanos.

Tal cenário é reproduzido na cena pernambucana, com poucas empresas controlando o setor de modo consorciado com redes nacionais. Nas plataformas digitais, a concentração se repete com os principais portais de notícias pertencentes aos conglomerados de comunicação, a exemplo de UOL (grupo Folha) e G1 (organizações Globo). Tudo isso pode impedir a diversidade de representações sociais dos mais variados segmentos e perpetuar uma lógica perversa de estigmatização dos territórios periféricos e da sua população.

Contudo, os meios de comunicação privados ainda são a principal referência de informação e entretenimento para o cidadão e a cidadã brasileiros. O mesmo ocorre em Pernambuco, estado da região Nordeste do país, que abriga uma profusão de mídias administradas por radiodifusores que representam uma pequena parcela da elite empresarial e política local. Boa parte dos grupos pernambucanos do setor, em lugar de servir a finalidades educativas, culturais e sociais, como preconiza a Constituição Federal de 1988, opta por veicular no rádio e na televisão (e via internet/ streaming), programas que expõem, pelas ondas e redes, as múltiplas faces do racismo, reeditam violações aos direitos humanos e têm como pauta a superexposição da violência, ao colocar populações vulnerabilizadas e negras em situação vexatória, apontando suas fragilidades estruturais de forma sensacionalista.

A COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA NAS AÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE MÍDIA DA UFPE

A preocupação com a problemática das representações midiáticas está na base da atuação dos observatórios de mídia. Estes espaços de monitoramento emergem na década de 80 como um elemento do fenômeno do *media criticism*, conhecido no Brasil como leitura crítica da mídia. Sua função preponderante é denunciar discursos e representações abusivas aos direitos humanos dos grandes grupos midiáticos. Rebouças e Cunha (2010) consideram os observatórios como instituições fundamentais para o fortalecimento de

uma verdadeira democracia na medida em que, contribuindo para a leitura crítica da mídia, funcionam como um mecanismo social para seu controle. Também por conta de tal cenário, o Obmidia tem buscado expandir parcerias com foco no fortalecimento de ações voltadas à efetivação de uma comunicação antirracista.

Em relação à população negra, ocorre o que Venício de A. Lima (2004) classifica como “efeito silenciador” da mídia, que invisibiliza, muitas vezes, as pautas antirracistas. A desumanização contínua da população negra e das comunidades indígena e quilombola, desde a diáspora africana até suas fases de colonização e neocolonização, legitimou sistemas de poder, promoveu e difundiu a narrativa da supremacia branca, um acordo tácito para manter os pactos da branquitude (Bento, 2022). De tal forma, a superexposição da população negra e dos seus territórios se dá, frequentemente, sob as lentes do preconceito racial, uma vez que “a mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, [...] que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele” (Sodré, 1999, p.243).

A COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA ALIADA À EDUCAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A experiência do Obmidia parte do reconhecimento dos meios de comunicação enquanto ferramentas do poder simbólico. E preconiza a necessária a criação de um sistema que tenha como base a comunicação dialógica e participativa, ancorada no compartilhamento e comunhão como ensina o educador Paulo Freire (1983), fundado no interesse público, quando os sujeitos devem se reconhecer como construtores da sua própria história e, portanto, abertos a essas trocas dialógicas.

Caminhando nesse sentido, a comunicação antirracista preconizada pelo projeto considera as múltiplas linguagens, olhares e possibilidades de narrar um fato com base nas histórias de vida e trajetórias da comunidade negra, sua ancestralidade, cosmovisão, e a sinergia entre as relações de quilombamento, linguagem, posição de sujeito e resistência, trabalhando para referenciar uma educação que liga a vontade de fazer à vontade de ser (hooks, 2013).

Trata-se de uma comunicação que está intrinsecamente relacionada com a metodologia do trabalho do projeto desenvolvido pelo Obmidia: a) Revisão da literatura e conhecimento das atividades de outros modelos de observatórios de mídia; b) Estímulo à interface entre as ações extensionistas do observatório de mídia com as disciplinas presentes nas grades dos cursos do Departamento de Comunicação da UFPE; c) Democratização da informação e do conhecimento, com as organizações parceiras e a sociedade, por meio da realização de seminários, oficinas e campanhas acerca dos direitos humanos, com foco na equidade de gênero e o enfrentamento ao racismo; d) Fortalecimento das interface entre ensino, pesquisa e extensão com foco na produção de conteúdos junto com a equipe da Rádio Paulo Freire da UFPE; e) Montagem de banco de dados acerca da cobertura midiática de temas relativos aos direitos humanos com observação das fontes entrevistadas e do tratamento de temas como o igualdade racial, educação para as relações étnico-raciais e relações de gênero.

CONCLUSÃO

Ao encorajar (entre os discentes, técnicos, docentes da UFPE e integrantes de organizações da sociedade civil pernambucana) o engajamento em ações de extensão e voltadas à produção de conhecimentos sobre a comunicação e a educação para a defesa dos direitos humanos, o Observatório atende uma demanda social fundamental para o exercício da cidadania dentro e fora da academia: estimular mentes mais críticas, inclusive para enfrentar as ondas de desordem informativa que emergem em uma sociedade cada vez mais complexa e conectada.

Observatório, que parte de uma estratégia extensionista tem base na pedagogia engajada (hooks, 2013) e orienta a produção de uma comunicação que é contra-hegemônica, decolonial, insurgente e transformadora, protagonizada por pessoas negras (Andrade, 2023), busca realizar: a integração dos/as discentes em atividades de pesquisa e extensão universitária com base na educação e comunicação como um campo de produção de saberes e interpretação da realidade. Compreendemos que as atividades de pesquisa e extensão estão intimamente relacionadas com o ensino de Graduação e a Pós-Graduação, uma vez que a realização de estudos e intervenções sociais relacionados com a discussão dos conteúdos vistos em sala de aula têm sido fundamentais tanto para a experimentação dos conceitos apreendidos, quanto para a apropriação dos mesmos com base no olhar do discente sobre a realidade.

O educador Paulo Freire (1983) entende que o pronunciamento de cada sujeito é, no mundo, um ato de criação e recriação da sua própria realidade. Desse modo, a docência deve ser norteadada pela confluência de produção de conhecimentos de forma compartilhada e construída coletivamente, em diálogo voltado à emancipação humana. E ela não vai poder ser realizada, de forma plena, sem a abertura de canais entre o/a educador e o educando.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Alice Oliveira de. **Aquilombamento virtual midiático: uma proposta teórico-metodológica para o estudo das mídias negras**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: Repositório UFRN. Acesso em: 15 maio 2024.
- ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Planalto. Acesso em: 13 jan. 2011.
- DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Criminalização da pobreza**. Disponível em: WikiFavelas. Acesso em: 20 jun. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- IRACI, Nilza. Mídia e racismos. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (org.). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009. p. 27-31.
- LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Quem controla a mídia no Brasil?** São Paulo: Intervezes, 2017. Disponível em: Media Ownership Monitor Brasil. Acesso em: 17 maio 2026.
- REBOUÇAS, Edgard; CUNHA, Patrícia. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, 2010.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.